

São Paulo, 26 de janeiro de 2022

Ofício nº 001/2022

Exmo. Sr. Parlamentar,

Como é do conhecimento de todos, o corte de R\$ 988 milhões destinados ao INSS para 2022, precarizará o atendimento aos assegurados e inviabilizará novas solicitações dos trabalhadores que tentarem buscar acesso aos seus benefícios.

Segundo dados publicados no site do INSS, a Previdência paga 36,4 milhões de benefícios, por mês, considerando o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os benefícios assistenciais como o BPC/LOAS, transferindo para a economia do país um valor, estimado para 2021, superior a R\$ 778 bilhões. A maior parte dos benefícios são aposentadorias, que hoje correspondem a 21,8 milhões. A Previdência também é responsável pelo pagamento de pensões, auxílios e pelo salário-maternidade.

Ainda de acordo com os dados divulgados, a Previdência está presente em todas as etapas da vida dos segurados e oferece proteção social a cerca de 100 milhões de trabalhadores no Brasil, garantindo o sustento daqueles que, por motivo de idade, doença ou acidente, não podem exercer suas atividades, são cerca de 65 milhões de contribuintes.

Apesar dos números estrondosos e da participação da Previdência Social na vida de milhões de cidadãos brasileiros, nada disso foi o suficiente para evitar o corte de 1 bilhão de reais no orçamento do INSS, órgão responsável pela execução das políticas de previdência social e maior distribuidora de renda do país, promovido pelo veto do Presidente Bolsonaro, no último dia 24.

Para quem não conhece o dia a dia do INSS talvez não imagine a repercussão que o corte de 1 bilhão de reais no orçamento trará na vida de milhões de trabalhadores, aposentados e pensionistas, inviabilizando o funcionamento da autarquia, aprofundando ainda mais o desmonte deste patrimônio do trabalhador brasileiro, tão pouco as agruras que os servidores sofrerão para cumprir sua missão institucional.

A maior distribuidora de renda do país vem sendo sucateada dia a dia e hoje convive com a falta de funcionários, possui tecnologia obsoleta devido o desmonte da Dataprev, privatização dos “atendimentos”, restrição do direito constitucional da

população a ter acesso aos serviços presenciais, o fechamento de agências da Previdência Social, que será inevitável, entre outros problemas.

A redução do número de servidores, em torno de 50% por ausência de Concurso Público, é apenas um dos fatores que fazem a autarquia ter em torno de 2 milhões de benefícios represados. Atualmente o INSS possui apenas 19 mil servidores, quantidade insuficiente para dar vazão a demanda.

Apesar de tudo isso, é preciso fazer frente aos direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Nesse sentido é imprescindível que a população, servidores, políticos e entidades de classe incluam em suas pautas a derrubada do veto presidencial referente ao INSS, uma ação que faz parte da Luta contra o desmonte da autarquia e a defesa dos direitos dos milhares de brasileiros que necessitam dos serviços previdenciários.

Diante do exposto, o SINSSP – SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SEGURO SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, vem requerer vosso apoio à derrubada do veto, por uma Previdência Social Pública e de boa qualidade.

Atenciosamente



Pedro Luis Totti  
Presidente

Assessoria de imprensa: Marli Prado Ulprist –  
imprensa@sinssp.org.br - (11) 98932-9730 - sinssp.org.br